



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 14 de julho de 2012

<b>A CRITICA</b> Setor faz críticas ao plano..... ECONOMIA	1
<b>A CRITICA</b> PL propõe ZFM comercial..... ECONOMIA	2
<b>A CRITICA</b> AUDITORES DA RECEITA..... ECONOMIA	3
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Greve gera prejuízo de US\$ 160 mi à indústria..... ECONOMIA	4
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Greve gera prejuízo de US\$ 160 mi à indústria (continuação)..... ECONOMIA	5
<b>DIÁRIO DO AMAZONAS</b> Servidores da Suframa cobram novo concurso e ameaçam entrar em greve..... ECONOMIA	6

## Setor faz críticas ao plano

Sinduscon considera anteprojeto do plano diretor de Manaus, discutido por entidades de classe, confuso e equivocado

RENATA MAGNENTI

renatamagnenti@acritica.com.br

As classes produtoras de Manaus estão concluindo as propostas para o anteprojeto do Plano Diretor de Manaus que devem ser apresentadas ainda este mês na Câmara dos Vereadores. Para especialistas, o atual texto do projeto de leis e diretrizes é complicado, tem itens desnecessários e não detalha temas importantes como, por exemplo, a execução de obras na orla de Manaus.

De acordo com o superintendente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Amazonas (Sinduscon), Cláudio Guenka, em certo trecho do anteprojeto há, por exemplo, uma sugestão que se "desenvolva a cultura regional apoiando os cantores locais". "Acredito que tenha sido um equívoco a inclusão desta informação, não faz o menor sentido que isso conste no Plano Diretor", disse.

Entre diversas abordagens, Guenka, informou que o anteprojeto sugere que obras imobiliárias instaladas na orla de Manaus permitam que a população tenha acesso livre e gratuito ao rio Amazonas. "Sinceramente, isso é confuso. Como se faz um

Pontos

### Trâmite da proposta e aprovação

- ✘ O anteprojeto do Plano foi elaborado pela Fucapi e a Prefeitura de Manaus pagou R\$ 3,7 milhões pelo estudo;
- ✘ Audiências se estendem que se estende até setembro. Todas as classes produtivas, bem como demais entidades, serão convidadas para apresentar sua opinião;
- ✘ Em outubro haverá votação de todas as emendas, com aprovação previstas para 3 de novembro.

condomínio fechado na orla de Manaus com acesso livre? Isso precisa ficar claro", afirmou.

Pontuou também que consta no anteprojeto que o desmatamento na área do Tarumã, Zona Oeste, deve ser zero. "Devemos lembrar que há empreendimentos em andamento naquela área da cidade e outros virão, precisamos definir direito as diretrizes nesta área".

Na avaliação do presidente



Márcio Silva / 28/abr/2011

Projeto sugere que população tenha acesso livre ao rio Amazonas mesmo com obras imobiliárias instaladas na orla

regional da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura no Amazonas (ASBEA), Werner Albuquerque, falta clareza no anteprojeto e isso causa uma insegurança nos profissionais que atuam na área de construção civil. "Acho que o texto pode ser mais didático. No Plano Diretor de 1975, por exemplo, havia uma série de imagens que facilitava a compreensão do texto. O anteprojeto é mais extenso que

o Plano Diretor em vigência".

Werner disse ainda que consta no anteprojeto a proposta de diminuição da área de impermeabilidade de uma obra. "É necessário pensarmos no futuro da cidade e quanto menor a área de impermeabilidade, maior a chance de problemas no futuro quanto a enchentes e alagações". Hoje, grandes empreendimentos devem ter 20% de área impermeável, enquanto,

pequenas obras 15%.

O presidente do Sinduscon, Eduardo Lopes, disse que na próxima semana todas as propostas deverão estar ordenadas para ser encaminhada a Câmara dos Vereadores. Segundo ele, o documento é fruto de reuniões e discussões de representantes da indústria, comércio e serviço. Para tal contrataram especialistas que entendem e lidam com a arquitetura e urbanismo de Manaus.

Blog

Cristiane S. Mayor

ARQUITETA E URBANISTA

**"Identificamos no estudo uma série de áreas já urbanizadas que podem ser ainda mais exploradas.** Como exemplo, temos o bairro de Flores onde há infraestrutura, serviços básicos e rota de transporte urbano. A Prefeitura tem visto isso, sugerindo uma alteração no número de pavimentos de prédio no bairro, mas o 'crescer verticalmente' deve ser uma regra em toda a cidade, e não uma exceção. Outra via que deve ser melhor explorada é a Avenida Arquiteto José Henrique Rodrigues, também na Zona Centro-Sul. Temos ali comércio, escolas, posto policial, área adequada para que novos empreendimentos urbanos sejam instalados. É importante que não somente os profissionais, mas que o município comece a desejar que Manaus se verticalize".

## PL propõe ZFM comercial

Associação Comercial do Amazonas afirma que projeto é bem intencionado, mas atualmente inviável

**ANTÔNIO PAULO**

antoniopaulo@acritica.com.br

BRASÍLIA (SUCURSAL) - A direção da Associação Comercial do Amazonas (ACA) vai convidar o deputado federal Pauderney Avelino (DEM-AM) para discutir o conteúdo do projeto de lei nº 4.159/2012, de sua autoria, que resgata o comércio da Zona Franca de Manaus (ZFM), implodido, nos anos de 1990, com a abertura do mercado importador para todo o País determinado pelo então presidente Fernando Collor.

O presidente da ACA, Ismael Bicharra, elogia a iniciativa de Pauderney Avelino, mas diz que as medidas propostas pelo projeto não resolvem os problemas do comércio de Manaus nem trazem de volta os tempos áureos, quando milhares de pessoas saíam da capital amazonense abarrotadas de produtos vendidos na Zona Franca, isentos de impostos, como eletrônicos, perfumes e bebidas.

"O projeto não resolvem os



Até a década de 90, ruas do Centro eram tomadas pelo turismo comercial

nossos problemas. Primeiramente, o volume de produtos que vendemos para fora é muito pequeno, com um consumo interno de 99%. O projeto só terá sentido se resgatarmos o antigo status de porto livre, com a isenção de impostos no processo de importação, comentou o presidente da ACA, Ismael Bicharra.

O texto do PL 4.159/12, que

está na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para análise do presidente da Casa, Marco Maia, prevê que, até o valor de US\$ 3 mil, os produtos importados disponíveis no polo industrial poderão ser adquiridos por visitantes ou comprados pela Internet dentro do território nacional, com alíquota única de 19,25%, a mesma praticada no Paraguai.



É a estimativa de quanto é pago hoje de impostos e contribuições federais devidos pelo internamento das mercadorias estrangeiras na ZFM. São cerca de 14% de Imposto de Importação; 10% de IPT e 9,25% de PIS/Cofins.

Atualmente, os produtos até US\$ 500 são isentos de impostos para compradores de fora. A alíquota de 19,25% estabelecida pelo projeto de Pauderney corresponde a: 5% de Imposto de Importação (II); 5% de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); 7,60% de Cofins-Importação e 1,65% de Contribuição para o PIS/Pasep-Importação.

## Resgate à economia e ao turismo

Ao justificar a apresentação do projeto de lei, Pauderney Avelino diz que pretende resgatar os tempos áureos do comércio da Zona Franca, "época em que as ruas do velho centro de Manaus eram lotadas de turistas, ávidos por comprar produtos importados", afirma. Segundo ele, essa medida vai estimular a economia do polo industrial, gerando mais empregos e a criação de novas empresas. O parlamentar lembra que hoje os brasileiros viajam para os Estados Unidos ou para o Paraguai buscando comprar produtos importados com impostos mais baixos.

Uma fonte da indústria do Amazonas, ouvida por A CRÍTICA, disse que, apesar do mérito da iniciativa, o projeto não atenderá aos objetivos desejados visto que jamais o comércio de Manaus viverá a pujança do passado.

## AUDITORES DA RECEITA

### **Cieam adia processo contra greve**

Com a paralisação de linhas de produção em pelo menos cinco grandes indústrias do setor eletroeletrônico do Polo Industrial de Manaus (PIM), em virtude da greve dos auditores fiscais, o Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) está a um passo de finalizar o documento contra o movimento. Previsto para ser protocolado ontem, o recurso judicial deve ser entregue a Justiça Amazonense somente nesta próxima semana.

De acordo com o presidente da entidade, Wilson Périco, a peça jurídica está definida, mas ainda faltam ser detalhados todos os itens que demoraram para chegar em cada uma das empresas. Périco comentou que 40% das associadas, em torno de 130, relataram prejuízos.

Muitas indústrias alteraram o seu planejamento de fabricação e passaram a produzir outros itens. Ainda assim, o dirigente comentou que cinco indústrias do PIM não conseguiram evitar a paralisação das linhas durante dois dias.

## Greve gera prejuízo de US\$ 160 mi à indústria

**ANWAR ASSI**

Equipe EM TEMPO

**A** greve dos auditores fiscais da Receita Federal causou, desde o último dia 2 de julho, prejuízos de, no mínimo, US\$ 160 milhões no faturamento das empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). A estimativa é do presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco.

Segundo o representante empresarial, a falta de insumos levou cinco empresas a parar as atividades fabris por mais de dois dias nesta semana e na última. "Diariamente, as empresas do PIM deixam de faturar 10% do que estava previsto para o dia. As perdas diárias são de US\$ 16 milhões, que é um montante expressivo para o setor industrial", enfatizou.

Conforme o Cieam, uma das empresas que vêm sofrendo com a greve dos auditores é a TP Vision Indústria Eletrônica, que desenvolve, manufatura e comercializa televisores da Philips. A empresa paralisou a produção por dois dias há duas semanas, e precisou trabalhar com metade de sua capacidade durante toda a semana que passou.

Além de paralisar as atividades de algumas fábricas, a greve dos auditores fiscais obrigou empresas a mudarem os planos de produção, optando por substituir a fabricação de determinados modelos por outros que não estavam no planejamento das empresas.

Conforme o Cieam, há duas

semanas, uma multinacional, cujo nome não foi divulgado, passou a produzir televisores de 37 polegadas, após desistir de fabricar os modelos de 42 polegadas devido à falta de insumos.

### Ação judicial

Temendo perdas para o setor industrial local, o Cieam pretende ingressar, na próxima semana, com uma ação na Justiça Federal para evitar que as empresas tenham prejuízos com a mobilização dos auditores. Segundo o departamento jurídico da representação em-

**DÓLARES**

**16**

**MILHÕES**

É valor diário estimado de prejuízo das fabricantes do Distrito Industrial de Manaus com a greve

presarial, a greve prejudica o setor privado, que não é parte da "pendenga" entre governo e auditores fiscais.

Presidente do Cieam, Wilson Périco salientou que nenhuma empresa manifestou a intenção de demitir funcionários. Porém, o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas sugeriu, ontem, que as empresas que paralisaram a produção por causa da greve dos auditores concedessem férias coletivas para os empregados para evitar demissões em massa.

## Greve gera prejuízo de US\$ 160 mi à indústria (continuação)

# Movimento dos fiscais longe de um desfecho

Iniciada no último dia 18 de junho, a greve dos auditores fiscais está longe de acabar. A categoria decidiu, após realizar uma assembleia geral nacional, na semana passada, continuar com a paralisação até o governo federal apresentar sua proposta no próximo dia 31.

De acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal no Amazonas (Sindfisco Nacional-AM), Eduardo Toledo, até aquela data a categoria deverá manter sua mobilização com a paralisação do desembarço e operação padrão na libera-

ção das mercadorias.

"A categoria decidiu pelo endurecimento da greve. O indicativo que foi aprovado por 99% dos auditores é pela manutenção da greve até o governo apresentar sua contraproposta. Depois, iremos fazer uma assembleia no dia 1º de agosto para deliberar se

aceitamos ou não o acordo", salientou Eduardo Toledo.

No mês passado, os auditores entraram em greve para reivindicar reajuste salarial de 30,19% e melhores condições de trabalho. Eles também defendem o aumento no número de fiscais no Estado.

## Servidores da Suframa cobram novo concurso e ameaçam entrar em greve

Outra categoria da esfera federal, a dos trabalhadores do Incra, fez protestos nesta sexta

TEXTO Lais Motta  
FOTO Jair Araújo

MANAUS

Os servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) entregaram, no final da tarde de ontem, um documento ao superintendente Thomaz Nogueira com as reivindicações da categoria. O documento deve ser encaminhado no máximo até a próxima quarta-feira a Brasília, sob a ameaça dos servidores decretarem greve por tempo indeterminado a ser iniciada no dia 23. A informação foi confirmada pelo presidente do Sindicato dos Servidores da Suframa (Sindframa), João Ricardo dos Anjos.

A greve pode envolver também as unidades de Rondônia, Roraima e Acre. O órgão tem cerca de 485 servidores, sendo

186 em Manaus. Uma das exigências é a realização de um novo concurso. "Temos uma defasagem de 300 a 400 servidores", disse João Ricardo.

Caso a greve se confirme, a liberação de mercadorias da indústria e do comércio será afetada, agravando ainda mais os prejuízos acumulados no Polo Industrial de Manaus com a paralisação dos auditores fiscais da Receita Federal. Mais de 450 declarações de importação estão retidas no Porto e no Aeroporto de Manaus graças à operação padrão e desembaraço zero dos auditores, que teve início em junho.

As perdas da indústria podem chegar aos R\$ 16 milhões diários, caso 10% das fábricas parem. A estimativa do presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, toma como base o faturamento diá-



Servidores do Incra protestaram contra o corte do ponto dos grevistas queimando carta enviada ao Ministério do Planejamento

rio do Polo que é de R\$ 160 milhões. Cinco empresas de grande e médio porte ficaram com a linha de produção parada por dois dias. O setor deve entrar com uma ação judicial nos próximos dias para garantir a liberação das cargas. "Queremos assegurar à indústria o direito de produzir, gerar emprego e renda", disse Périco.

Outra categoria da esfera federal que também está em greve é a dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ontem, eles realizaram um protesto contra o corte do ponto dos servidores federais em greve, queimando a carta enviada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento, e Gestão (MPGO) para o órgão. A portaria determina o desconto nos salários dos grevistas a partir do dia 18 de junho.

### OS NÚMEROS

**R\$ 16**

milhões por dia é a estimativa das perdas para o PIM em caso de paralisação das atividades em 10% das fábricas instaladas em Manaus.

